



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Relatório de Atividades n.º 7/2020

Relativo à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho,
elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento
da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

4 de setembro de 2020

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada 2229	Proc. n.º 37.30
Data 20.09.20	N.º 1.1.1



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

RELATÓRIO DE ATIVIDADES N.º 6/2020, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS PARLAMENTARES, AMBIENTE E TRABALHO, ELABORADO AO ABRIGO DO ARTIGO 103.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES.

Capítulo I
INTRODUÇÃO

1. Constituição da Comissão

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho é atualmente constituída pelos seguintes deputados:

a) Partido Socialista (PS)

- Graça Silva
- Marta Matos
- Pedro Moura
- Maria Eduarda Pimenta
- José Ávila
- Iasalde Nunes
- João Vasco Costa

b) Partido Social Democrata (PSD)

- Catarina Chamacame Furtado
- Jaime Vieira
- Joaquim Machado (a partir de 16/03/2020)
- Elisa Sousa

c) Partido Popular (CDS-PP)

- Alonso Miguel - participa sem direito a voto

d) Bloco de Esquerda (BE)

- António Lima

e) Partido Comunista Português (PCP)

- João Corvelo - participa sem direito a voto

f) Deputada Independente

- Graça Silveira



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

2. Mesa da Comissão

A Mesa da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho tem a seguinte composição:

Presidente - Graça Silva (PS)

Relatora - Marta Matos (PS)

Secretária - Catarina Chamacame Furtado (PSD)

Capítulo II

PERÍODO DE REFERÊNCIA E REUNIÕES EFETUADAS

O presente relatório respeita ao período compreendido entre os dias 3 de julho e 4 de setembro de 2020.

No período em referência, reuniram:

- A Subcomissão reuniu em conjunto com a Subcomissão de Política Geral, no dia 23 de julho.
- A Comissão reuniu no dia 29 de julho, através do sistema de videoconferência.

Capítulo III

TRABALHOS REALIZADOS

No período em referência a Comissão procedeu à emissão de Relatório e Parecer sobre:

1. Relatório e Parecer sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades da Deputada Maria Eduarda Silva Moniz Pimenta;
2. Relatório e Parecer sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades da Deputada Marta Cristina Moniz do Couto;
3. Relatório e Parecer sobre pedido de levantamento de imunidade parlamentar do Deputado João Paulo Valadão Corvelo para inquirição na qualidade de testemunha no âmbito do processo comum (Tribunal Singular) com o n.º 84/19.8PBSCF.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Capítulo IV
TRABALHOS PENDENTES

Estão pendentes, à data do presente relatório, aguardando a conclusão de diligências e a apreciação em Comissão, as seguintes iniciativas:

1. Projeto de Resolução n.º 245/XI – Obrigatoriedade de votar e aprovar, previamente, uma Deliberação, em reunião plenária da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, para que seja possível acionar os mecanismos regimentais previstos para fixação da ordem do dia nas sessões legislativas da Assembleia da República;
2. Projeto de Resolução n.º 233/XI – Forte de São João Baptista da Praia Formosa;
3. Projeto de Resolução n.º 186/XI – Impedimento de incentivos que permitam a contratação a prazo;
4. Projeto de Resolução n.º 154/XI – Pelo reforço dos meios da Inspeção Regional do Trabalho e a garantia da eficácia da sua intervenção;
5. Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 52/XI – Altera o Decreto Legislativo Regional n.º 19/2006/A, de 2 de junho;
6. Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 48/XI – Primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 6/2016/A, de 29 de março – Aprova o Plano Estratégico de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores (PEGRA);
7. Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 41/XI – Interdita o uso no espaço público de herbicidas cuja substância ativa seja o glifosato;
8. Petição n.º 48/XI – Programa Regressa – Região Autónoma dos Açores;
9. Petição n.º 47/XI – Pelo futuro da Gestão de Resíduos nos Açores;
10. Petição n.º 46/XI - Contra a construção de um túnel de apoio ao Miradouro da Lagoa do Fogo e Controlo de Acesso ao Miradouro e Caldeira;
11. Petição n.º 45/XI - Revogação do Decreto Legislativo Regional n.º 23/89/A, de 20 de novembro, que declarou a zona da Ponta da Fajã, ilha das Flores, como zona de alto risco;
12. Petição n.º 42/XI – Recuperação da mata ajardinada da Lagoa do Congro e criação de um Parque Botânico;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

13. Projecto de Decreto-Lei - Transpõe diversas diretivas relativas aos veículos em fim de vida e à restrição da utilização de determinadas substâncias perigosas em equipamento elétrico e eletrónico - MAAC - (Reg. DL 470/XXII/2020);
14. Projecto de Decreto-Lei - Transpõe a Diretiva (UE) 2019/1831, que estabelece uma quinta lista de valores-limite de exposição profissional indicativos para os agentes químicos - MTSSS - (Reg. DL 450/XXII/2020);
15. Projecto de Decreto-Lei - Desenvolve as bases do regime jurídico da atividade económica de revelação e de aproveitamento dos recursos geológicos existentes no território nacional - MAAC - (Reg.º DL 356/XXII/2020);
16. Projecto de Decreto-Lei - Procede à regulamentação da Lei n.º 54/2015, de 22 de junho, no que respeita aos depósitos minerais -MAAC- (Reg. DL 341/XXII/2020);
17. Projecto de Decreto-Lei - Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, o Regulamento (UE), n.º 1257/2013, relativo à reciclagem de navios - MM - Reg DL 103/XXII/2020;
18. Projeto de Lei n.º 466/XIV (PAN) - Reforça os direitos de participação no âmbito das iniciativas legislativas dos cidadãos, procedendo à quarta alteração à Lei n.º 17/2003, de 4 de junho;
19. Proposta de Lei 45/XIV (GOV) - Autoriza o Governo a legislar em matéria de trabalho a bordo das embarcações de pesca e da atividade de marítimos a bordo de navios, transpondo as Diretivas (UE) 2017/159 e 2018/131;
20. Proposta de lei 44/XIV (GOV) - Transpõe a Diretiva (UE) 2018/1808, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de novembro de 2018, respeitante à oferta de serviços de comunicação social audiovisual;
21. Proposta de Lei n.º 36/XIV (ALRAM) - Comissões de Inquérito das Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas - Primeira alteração à Lei n.º 48/2014, de 28 de julho;
22. Proposta de Lei n.º 35/XIV (ALRAM) - Em defesa de audição dos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas - Primeira alteração à Lei n.º 40/96, de 31 de agosto;
23. Proposta de Lei 16/XIV (GOV) - Transpõe a Diretiva (UE) 2018/843, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo e a Diretiva (UE) 2018/1673 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2018, relativa ao combate ao branqueamento de capitais através do direito penal;
4. Projeto de Lei 248/XIV (PAN) - Revoga benefícios fiscais atribuídos aos Partidos Políticos, diminui os limites das despesas de campanha eleitoral e reestabelece limites das receitas de angariação de fundos (oitava alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de junho);



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

5. Projeto de Lei 241/XIV (BE) - Procede à oitava alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de junho, introduzindo medidas de justiça fiscal e igualdade de tratamento;
6. Projeto de Lei 240/XIV (IL) - Elimina os benefícios fiscais dos partidos políticos e reduz o valor das subvenções públicas (8.ª alteração à Lei de Financiamento dos Partidos Políticos, Lei n.º 19/2003, de 20 de junho);
7. Projeto de Lei 235/XIV (CDS-PP) - Altera a Lei n.º 19/2003, de 20 de junho (Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais), eliminando o benefício de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para os partidos políticos;
8. Projeto de Lei 253/XIV (PS) - Aprova regras de transparência aplicáveis a entidades privadas que realizam representação legítima de interesses junto de entidades públicas e procede à criação de um registo de transparência da representação de interesses;
9. Projeto de Lei 252/XIV (PEV) - Garante o reforço dos direitos aos trabalhadores por turnos e noturno (Alteração ao Código de Trabalho e à Lei de Trabalho em Funções Públicas).

Pico, 4 de setembro de 2020

A Relatora,

Marta Ávila de Matos

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente,

Maria da Graça Silva